

14199 - As mulheres participando nas cooperativas: olhares sobre o desenvolvimento rural

Women participating in cooperatives: perspectives on rural development

BERNARDI, Cecília Margarida¹

1 EMATER/RS ASCAR, bernardi@emater.tche.br

Resumo: As cooperativas de agricultura familiar camponesa foram fundadas por agricultores/as familiares camponeses/as para proporcionar comercialização e organização econômica e social coordenadas pelas demandas oriundas da produção familiar. Em estudo realizado pela autora em 2010, foi constatado que neste contexto a participação das mulheres tem sido incipiente. Um dos motivadores tem sido a sobrecarga de trabalho, na produção de alimentos e a obrigação diária com o trabalho doméstico, na manutenção das propriedades, o que tem sido caracterizado por uma forte divisão sexual do trabalho. Portanto ainda é necessário se estabelecer políticas públicas, formação em educação popular que dêem conta de recriar caminhos para essa superação.

Palavras chaves: agricultura familiar camponesa; divisão sexual do trabalho; participação.

Abstract: The peasant family farming cooperatives were founded by farmers / peasants the family / to provide the marketing organization and coordinates the economic and social demands from family production. In a study conducted by the author in 2010, it was found that in this context the participation of women has been inchoate. One of the drivers has been the work overload, in food production and the daily requirement with the housework, maintenance of properties, which has been characterized by a strong sexual division of labor. Therefore it is still necessary to establish public policies, popular education that help them to recreate ways to overcome this.

Keywords: peasant family agriculture; sexual division of labor; participation.

Introdução

As agricultoras familiares camponesas conquistaram a partir da luta pela aposentadoria rural, na década de 1990, seu Ser mais e se constituíram como integrantes da agricultura familiar, participando ativamente em movimentos sociais. Entretanto, as relações sociais permanecem extremamente desiguais, com grande sobrecarga de trabalho para as mulheres e destacando a figura masculina como liderança deste núcleo familiar. Esta desigualdade é produzida pela divisão sexual do trabalho que vai além do trabalho produtivo e que, de forma intrincada, simbólica e complexa, produz desigualdades que continuam afastando as agricultoras familiares camponesas da participação como lideranças em organizações da sociedade.

As mulheres têm sido permanentemente desencorajadas a participar de organizações mistas, como cooperativas de produção, a participar da decisão produtiva da propriedade familiar e a acessar políticas públicas. Portanto continua oportuno seguir investigando sob a perspectiva do desenvolvimento rural que motivos continuam excluindo as mulheres da participação social, em especial das cooperativas. Neste artigo será analisada a desigualdade estabelecida pela divisão sexual do trabalho nas cooperativas de agricultura familiar, mas também as

possibilidades de exercício da diferença, sem desigualdades nesses espaços privilegiados de organização política e econômica.

A Divisão Sexual do Trabalho na agricultura familiar camponesa

A divisão sexual do trabalho vem sendo estabelecida e diariamente reforçada como uma relação cultural naturalizada na sociedade. Na agricultura familiar camponesa esta divisão tem sido reforçada de tal forma pela sociedade, pelo estado e pelas instituições (escolas, igrejas, entidades de assistência técnica e cooperativas) que as mulheres assumem o trabalho dentro da propriedade e as atividades comunitárias que não necessitam do poder da palavra, sendo educadas para o espaço restrito de forma naturalizada. “Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço” (FREIRE, 1996, p.45). As agricultoras são educadas para serem resignadas, tímidas e não gostar de participar fora da comunidade, de organizar a festa ou de usar microfone, criando estruturas simbólicas e pedagogicidades institucionais que perpetuam a exploração de forma naturalizada.

As relações de produção têm se modificado, mas essa pedagogicidade cultural assimilada, naturalizada, permanece forte o bastante para que as agricultoras familiares camponesas, ao desenvolverem seu trabalho, continuem assumindo e suportando uma sobrecarga descomunal no trabalho agrícola e no trabalho doméstico. No caso da categoria não remunerados com mais de 15 horas semanais de trabalho, a jornada masculina foi de 41 horas semanais, e, a feminina, de 58 horas, mas apenas 9 dedicadas pelos homens a reprodução social, enquanto as mulheres dedicam 23. No que diz respeito à categoria emprego agrícola, as jornadas de trabalho são menos díspares, embora a feminina permaneça maior – 57 horas semanais versus 50 para os homens. O tempo para os afazeres domésticos é exatamente o mesmo (9 horas para eles e 23 para elas), o que sugere que, independentemente do tipo vínculo com o trabalho – formal e remunerado ou não -, a divisão do trabalho doméstico não se altera (LOMBARDI apud DI SABATTO, 2009,p.134).

Esta pesquisa ao demonstrar a sobrecarga de trabalho, o tamanho e peso do trabalho doméstico, que as mulheres estão envolvidas, revela o envolvimento delas com atividades repetitivas, invisíveis e de manutenção da família dentro da propriedade produz indicadores do seu afastamento da participação social. A sobrecarga de trabalho diário e o entrelaçamento com a cultura local, introjeta “discursos fatalistas e imobilizantes” (FREIRE,1996), de que a vida é assim, pois todas as outras mulheres vivem assim, ou já conquistaram muito e não participam porque não querem. Esses discursos e práticas são constantemente reforçados pela pedagogicidade das ações corriqueiras das instituições e produzem a imobilidade que constrói uma “naturalização” do individual e do biológico, e afastam as mulheres de tomar atitudes defensivas comuns.

Quando as agricultoras familiares camponesas, enquanto mulheres, apesar de ter dificuldade em reconhecer uma ameaça comum, segundo Hirata, elas se reconhecem como grupo sexuado, conseguem ter atitudes defensivas comuns e transformam em práticas coletivas. Práticas estas já realizadas por elas na década de 1990, onde se organizam em movimentos de mulheres e sindicatos, lutam e conquistam o direito a aposentadoria e outros direitos sociais.

As Mulheres e a Participação Cooperativa

As cooperativas de agricultura familiar camponesa são resultados de lutas e organizações sindicais dos anos 1980. Os agricultores/as familiares que na busca por melhores preços dos produtos agrícolas, organizaram estas estruturas de comercialização como um contraponto às grandes cooperativas de produçãoⁱ. Essas cooperativas de agricultura familiar camponesa são organizações de comercialização que estimulam a produção e comercialização de alimentos, buscando a diversificação de culturas agrícolas e a melhoria de renda.

Porém, apesar das agricultoras familiares organizadas participarem dos debates e da fundação dessas cooperativas, a maioria das mulheres não se associa às cooperativas de agricultura familiar camponesa, permanecendo os homens como a esmagadora maioria dos associados dessas organizações. Aparentemente essas cooperativas seriam espaços privilegiados para as mulheres comercializar a produção de alimentos. Essas estruturas, porém, têm ainda copiado a matriz da divisão sexual de trabalho das grandes cooperativas, onde a maioria dos seus associados são homens e as mulheres praticamente não se associam e, quando associadas, demonstrado no estudo realizado pela autora, pouco participam das direções, quanto mais da presidência. O exercício da palavra e as decisões de gestão são fortemente exercidos pelos presidentes, em sua maioria homens.

Segundo Santos (2007, p.207), (...) o que é mais característico das nossas sociedades é o facto de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais/comunicativas e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas. (SANTOS, 2007, p.267).

De maneira geral, poucos e incipientes mecanismos têm sido estabelecidos pelas instituições para romper esta desigualdade não material e material nas cooperativas de agricultura familiar. Os mecanismos de participação utilizados têm sido os tradicionais das cooperativas, como assembléia geral, conselhos e no estatuto a garantia de que cada associado/a representa um voto, que não tem garantido a participação efetiva das mulheres. Porém, esses mecanismos foram estabelecidos na fundação das cooperativas e no caso estudado, apesar da qualificada assessoria de uma organização não governamental, a Associação Regional de Desenvolvimento e Educação - AREDEⁱⁱ e atualmente do núcleo de cooperativismo da EMATER, a democracia cooperativa com participação das agricultoras familiares camponesas continua incipiente.

Em recente estudo, a autora deste artigo, identificou, após consultar as atas das cooperativas e entrevistar as poucas mulheres associadas, que as que chegavam às direções são as que participam ou participaram de movimentos de mulheres, de alguma formação sindical ou de organizações não governamentais. Também foi constatado que, diferentemente das grandes cooperativas, onde não há participação das mulheres nas direções, algumas poucas mulheres têm participado das direções das cooperativas de agricultura familiar camponesa. Segundo Hall, (...) tendemos a pensar as formas culturais como algo inteiro e coerente ou inteiramente corrompidas ou inteiramente autênticas, enquanto que elas são profundamente contraditórias,

jogam com as contradições, em especial quando funcionam no domínio do “popular” (HALL, 2003, p.255).

Ao explicitar as contradições de maneira permanente desnuda-se a pedagogicidade implícita nas ações institucionais das cooperativas e das instituições que atuam juntamente a estas. Essa volta para casa, ao individual para cuidar da casa, dos filhos, da alimentação da família, ao ser naturalizada pela sociedade e suas instituições tem provocado um revés na participação das mulheres nas cooperativas. Esta volta pra casa, como obrigação social, produz trocas desiguais que compõe a divisão sexual do trabalho, que opera e mantém o trabalho doméstico, gratuito, naturalizado, sob responsabilidade feminina, e mantém o capitalismo contemporâneo que Helena Hirata (2002, p.94), demonstrou em estudos em indústrias do Brasil, da França e do Japão. Essa situação das indústrias tem semelhanças com a situação vivida pelas agricultoras familiares camponesas, que têm limites estruturais no interior da agricultura familiar e que têm sido permanentemente ignorados pelas instituições o que acabam as afastando das organizações quando se tornam mães.

A divisão sexual do trabalho está marcada e vem sendo adaptada, de maneira simbólica e material, na vida e na ação das pessoas, e se readaptando conforme acontecem as conquistas das mulheres. A complexidade das relações sociais na agricultura familiar camponesa e os caminhos tomados até este momento pelas pessoas envolvidas nas cooperativas, pelas próprias mulheres e homens em geral têm-se demonstrado insuficientes para superar essa condição de desigualdade, e de consolidar essas cooperativas. Neste sentido, para “(...)converter em fortaleza este desencontro entre afirmação da diferença e impugnações à desigualdade”(CANCLINI, 2007, p.60) a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos, das cooperativas e o debate sobre condições iguais nas decisões domésticas continuam com uma atualidade urgente a ser provocada e refletida constantemente por movimentos sociais, educadores populares e instituições de ATER.

Na agricultura familiar camponesa a aparente coesão do grupo familiar é uma fortaleza dessa forma de organizar e viver. Esta aparente coesão marcada pelo conceito estabelecido por Chayanov do balanço entre atender as necessidades da família e a penosidade do trabalho ao tomar as decisões no interior do campesinato diferencia a agricultura familiar das outras formas de exploração agrícola. Porém, um grande número de reflexões posteriores tem tratado, a agricultura familiar camponesa como um ambiente democrático, onde todos e todas decidem sobre as necessidades na família. Não é o que culturalmente tem ocorrido, pois, como vimos no caso das cooperativas, as decisões são tomadas pelos homens que participam de organizações coletivas e, ao estar participando e exercitando o poder da fala e do debate, desenvolvem seu poder de argumentação e de exercer o poder. As agricultoras familiares camponesas, em sua grande maioria, estão distantes dos espaços de decisões dentro e fora da propriedade, bem como, das decisões em suas próprias cooperativas, inclusive das decisões de comercialização. Essa desigualdade de oportunidades e de participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas, na agricultura familiar camponesa, tem sido o elemento propulsor da aparente coesão das decisões na agricultura familiar.

A interação entre a troca desigual e o patriarcado parece ser comandada por dois grandes mecanismos cujo desenvolvimento pode ser convergente ou divergente. Por um lado, a expansão da acumulação de capital no sistema mundial depende profundamente do trabalho não assalariado, sobretudo daquele que é exercido no espaço doméstico sob a égide do poder patriarcal (...). Por outro lado, o capitalismo mundial é impelido por uma tendência para multiplicar a mercadorização das necessidades humanas e da vida cotidiana de um modo tal que força as famílias a funcionarem como fundos comuns de rendimentos, alterando assim, de maneira significativa, as condições de exercício do patriarcado. (...) esta constelação é extremamente complexa, na medida em que mistura troca desigual, exploração, patriarcado e fetichismo das mercadorias (SANTOS, 2007, p.290).

Apesar das trocas desiguais e da baixa participação, as mulheres organizadas começam a refletir coletivamente e a participar das cooperativas de agricultura familiar, ainda em número restrito, mas atuante. Esse é um indicador de uma nova perspectiva cultural, ainda tímida, sobre a formação de novas sujeitas sociais, as agricultoras familiares camponesas que participam ou participaram de movimentos de mulheres. Essa situação pode indicar pistas do desafio da formação em luta feminista e por direitos nos movimentos de mulheres e o desafio da participação dessas mulheres nos espaços públicos, neste caso, nas cooperativas de agricultura familiar.

A busca incessante e com rigor ético da participação e da construção de possibilidades para o despertar das sujeitas desta história, com “respeito a autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”(FREIRE,1996, p.59). Recriar mecanismos de educação popular, impulsionar as instituições para pedagogizar suas ações, revisar com rigor ético as possibilidades e facilitar a participação das mulheres pode ampliar a ação dessas cooperativas, pois, para produzir e comercializar mais alimentos é necessário além de máquinas, sementes e terra, pessoas envolvidas, potencializando suas experiências coletivas e participando ativamente das decisões de suas cooperativas familiares camponesas.

Conclusões

Apesar da constatação de que estamos impregnados por trocas desiguais, os avanços das políticas públicas ainda não foram suficientes para mudar estas desigualdades. Neste artigo, foi analisada a pouca participação das mulheres na construção das cooperativas de agricultura familiar camponesa e sua relação com a divisão sexual do trabalho. Nesta análise, consideramos que a participação é um dos eixos da construção da democracia direta, que possibilita o despertar de sujeitos e sujeitas de sua própria história e a construção das cooperativas. Constatamos ainda que as mulheres participam pouco das decisões das cooperativas de agricultura familiar camponesas, cabendo a urgência de reflexões mais aprofundadas sobre os porquês dessa não participação. Analisamos ainda as implicações da divisão sexual do trabalho e da necessidade de se estabelecer políticas públicas, formação de educação popular que dêem conta de recriar caminhos para essa superação. Superação esta não como estagnação final, mas como esperança de construção de novas possibilidades mais humanizada de viver em sociedade.

Agradecimentos

As cooperativas de Agricultura Familiar filiadas da UNICOOPER que tem colaborado e utilizado os resultados desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

- CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- Di SABATTO, Alberto. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Alberto Di Sabatto; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Farias. Brasília: MDA, 2009
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “Popular”. In: **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Trad. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2003.
- HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Ed. 2002
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática: Vol 1: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 6ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2007

Grandes cooperativas de produção ou cooperativas tritícolas: são as cooperativas criadas a partir da década de 1960, com forte apoio governamental, para implantar a estrutura de comercialização de trigo e posteriormente de soja no sul do Brasil, em especial no noroeste do Rio Grande do Sul. São cooperativas que abrangem muitos municípios e chegam a compor milhares de associados. Sua estrutura assenta-se na comercialização de poucos produtos principais, soja, trigo e mais tarde leite. Nestas cooperativas estão associados agricultores familiares camponeses e qualquer produtor desde que tenham bloco de produtor e forneçam o produto para a cooperativa.

ⁱⁱAREDE – Associação Regional de Desenvolvimento e Educação. É uma associação não governamental dos sindicatos, cooperativas e igrejas que assessora as organizações populares em planejamentos e formação de trabalhadores associados às entidades.